
A dialógica do aprendizado na difusão de informações através de uma Convenção Coletiva de Trabalho¹

Adriana C. A. do AMARAL²

Universidade Metodista de São Paulo - UMESP, São Bernardo do Campo, SP

Resumo

Este artigo aborda o papel da comunicação sindical para fomentar a construção de sentidos: leitura e compreensão das vivências e repercussão dessas nos veículos de comunicação dos sindicatos. A partir da leitura de Freire (1987), Habermas (2003) e Wolton (2011), apoiada em Martino (2017) e Antunes (1982) e baseado na experiência empírica da autora, buscou-se compreender como acontece o aprendizado dialógico no ambiente laboral estabelecendo uma analogia à prática das negociações inerentes à relação profissional de uma categoria representada pelos sindicatos dos empregados e patronal. O estudo visa refletir sobre a construção do saber do trabalhador em sua relação com os colegas e líderes, contribuindo para melhorar as práticas de comunicação dos sindicatos, não apenas como recurso de informação, mas de formação de leitores.

Palavras-chave: jornalismo; comunicação popular; relações de classe; hegemonia; sindicatos.

Introdução

Além da análise bibliográfica, este estudo leva em conta a reflexão empírica resultante do trabalho realizado num sindicato de trabalhadores da base da pirâmide social, reunidos em torno das suas competências no asseio e limpeza das organizações e cidade de São Paulo: o Siemaco SP. Ao testemunhar três negociações coletivas anuais, em que os profissionais tornavam-se, ao mesmo tempo, protagonistas e expectadores na luta pelo reajuste salarial, melhores condições de trabalho e melhorias nas cláusulas sociais, avaliou-se a colaboração da comunicação social, prioritariamente pressa (antes, durante e após as negociações coletivas de trabalho), por meio da elaboração e divulgação das informações que geraram – ou não – engajamento, conscientização, mobilização e até a consolidação da Convenção Coletiva de

¹ Trabalho apresentado no GP Jornalismo Impresso (Temática 7- Comunicação, Espaço e Cidadania) XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda do Programa em Comunicação Social da UMESP. E-mail: adriaral@gazeta.ws. Este artigo faz parte do projeto de pesquisa para a obtenção do grau de mestre, desenvolvido sob orientação do Prof. Dr. Roberto Joaquim Oliveira. Bolsista CNPq.

Trabalho, sobretudo, trazer luz a um segmento da comunicação que é referência para um público fiel e seu papel na formação de leitores: os trabalhadores.

Fazendo referência a Dominique Wolton e suas análises sobre comunicação e incomunicação, Jürgen Habermas e o conceito da esfera pública, a busca quase missionária de Paulo Freire na democratização do saber político, impossível não repetir mais uma vez a frase de Marx e Engels: “Trabalhadores do mundo, uni-vos!”³

A autora se apoia na leitura de Ricardo C. Antunes e Luiz Mauro Sá Martino. Respectivamente, autores que se debruçaram na compreensão do universo sindical e comunicações, tendo como objetivo principal refletir como a comunicação sindical - ou a falta dela - gera a informação ou a desinformação, o engajamento, ou causa ruídos se a mensagem não estiver alinhada e contextualizada.

Dialógica na comunicação sindical: negociar é preciso

Comunicar é uma necessidade humana, entende Wolton (2011), enquanto Habermas (2003) acredita que a comunicação emancipa o sujeito socialmente, e Freire (1987) acredita que ela torna possível o compartilhamento de saberes, ao mesmo tempo, em que proporciona visibilidade à pessoa.

Quem está de fora do universo sindical talvez não se emocione com uma assembleia de trabalhadores. Muitos questionam até a validade de homens e mulheres que deveriam estar trabalhando e não fazendo política ou “baderna”⁴, e algumas vezes na iminência de decretar um movimento grevista. Estas reuniões são oportunidades de aprendizado, troca, reflexão e engajamento.

Os três autores concordam que, ao serem inseridos nos grupos, os indivíduos carregam consigo um repertório próprio que corrobora com o coletivo. Cada qual com o seu pensamento entende que a comunicação é inerente ao ser humano e está relacionada ao ambiente onde ele vive. Essas práticas ensinam que a democracia resulta de decisões da maioria e não de escolhas individuais.

³ Versão do original alemão Proletarier aller Länder, vereinigt euch!, originário do Manifesto Comunista, de 1848. Se fosse tradução, seria Proletariado ao Invés de Trabalhadores.

⁴ Expressão que ficou nacionalmente conhecida depois de usada pelo presidente Jair Bolsonaro para definir os estudantes e trabalhadores que se manifestavam contra o corte no orçamento destinado à educação e ciência, em maio de 2019.

Seria a assembleia de trabalhadores a Ágora moderna? Na Esfera Pública, na concepção de Habermas, é permitido aos homens livres serem deliberativos? Podemos afirmar que a comunicação sindical poderia ser o antídoto para o patriarcado (esfera privada)? Habermas (2003) mostrou que o ambiente físico é espaço de diálogo e é nos locais de convivência – pública e privada – onde o homem está inserido (relacionamento e troca) que a comunicação transforma-se em informação. Para ele, o entendimento faz parte de um processo de comunicação emancipador.

Quando Wolton (2011) afirma que a comunicação depende de visões de mundo distintas, fica impossível não remeter às diferentes fases de uma negociação de trabalhadores: escutar-falar, argumentar-convencer, comunicar-compartilhar, conviver-negociar, até chegar ao resultado que pode gerar o lamentar ou celebrar. Segundo o autor, o ato de se comunicar faz do homem um protagonista e “o desafio é menos de compartilhar o que temos em comum do que aprender a administrar as diferenças que nos separam tanto no plano individual quanto no coletivo (WOLTON, 2011, p. 12).

Afinal, a troca acontece independentemente do resultado, pois a elaboração de conteúdos pelos interlocutores acontece durante a troca dialógica, e a tomada de consciência é uma consequência da elaboração individual. Wolton, responsável por nos apresentar o conceito de receptor-ator, ressaltou o caráter de processo coletivo inerente à comunicação. Ou seja, o trabalhador (ator-receptor) é o agente com quem se deve negociar. O que apenas é possível após a difusão da informação e consequente comunicação, que advém desse processo.

Por fim, como associar o bem à informação e o mal à comunicação na medida em que ao longo dos últimos dois séculos as duas estiveram ligadas no combate pela emancipação individual e coletiva? Não há informação sem um projeto de comunicação (WOLTON, 2011, p.12).

A explicação dos fatos acontece através do debate e da decisão, pela maioria, a partir do saber compartilhado e/ou o ato de delegar e consolidar a decisão do conjunto.

A comunicação sindical, que tem como público-alvo principal o trabalhador, permite que se abra um caminho para refletir se a comunicação sindical está lidando bem com o poder a ela atribuído ou apenas replicando modelos ao difundir nos jornais, boletins e revistas os jargões e palavras de ordem, replicando os discursos das lideranças. Nessa perspectiva, questionamos: qual a parte que cabe aos jornalistas sindicais divulgar?

A leitura de Freire (1987) ensina que os homens vivenciam juntos a construção do saber e que o local de trabalho também é ambiente de aprendizado, que pode ser construído através

das relações interpessoais e pela troca dialógica. Ou seja, a difusão de informações entre líderes sindicais, trabalhadores e patrões também se faz pela consciência do mundo laboral. O Método de ensino freiriano instiga o trabalhador a pensar o mundo a partir da própria história de vida, propondo que todos têm a aprender uns com os outros.

É necessário que a liderança revolucionária descubra esta obviedade: que seu convencimento da necessidade de lutar, que constitui uma dimensão indispensável do saber revolucionário, não lhe foi doado por ninguém, se é autêntico. Chegou a este saber, que não é algo parado ou possível de ser transformado em conteúdo a ser depositado nos outros, por um ato total, de reflexão e de ação (FREIRE, 1987, p. 30).

Ao mesmo tempo em que entende que “o trabalho na esfera pública visa reforçar o prestígio da posição que se tem, sem transformar em tema de uma discussão pública a própria matéria de compromisso: organizações e funcionários desenvolvem uma representatividade. Habermas (2003, p. 232-234) nos lembra que “dentro da esfera pública politicamente ativa os conflitos podem ser descarregados sobre uma base de interesses relativamente homogêneos e em formas relativamente razoáveis de deliberação”.

Como a comunicação reverbera na dialógica do aprendizado e o papel do comunicador sindical

Em entrevista ao jornal El País, Habermas disse que o compromisso com o intelectual está necessariamente relacionado a uma audiência interessada e que argumentos direcionados a um público-alvo definido estimula e fideliza o leitor do autor e vice-versa. Longe de comparar jornalistas sindicais com intelectuais, não há como negar o papel desses profissionais como formadores de opinião (HERMOSO, 2018).

A afirmação que “o interesse de classe é a base da opinião pública” (HABERMAS, 2003, p. 108) nos instiga a refletir como se constrói a comunicação através da convivência e da difusão de informações entre líderes sindicais, trabalhadores e patrões.

Seja quem for o agente político, o príncipe, um partido, alguém nomeado para a chefia ou o cidadão individual, se eles não querem se orientar por leis já existentes, mas pretende introduzir primeiro uma ordem legal, não basta estar afinado numa concordância meramente negativa com o arbítrio de todos os demais - precisa-se, muito mais, procurar exercer uma influência positiva sobre o arbítrio deles. Isso pode ocorrer através da força e, em regra, é assim que ocorre. Influenciar a vontade dos outros, quando isso transcorre moralmente, exige, no entanto, orientar-se pelas intenções gerais do público,

ou seja, que tenha em vista o bem-estar da sociedade civil burguesa como um todo (HABERMAS, 2003, p. 137).

Wolton, por sua vez, nos lembra que comunicar e informar são práticas distintas e não esgotam o mundo da construção do saber, mas expande na cultura. “Informações e conhecimentos não bastam. É preciso também levar em consideração enquadramentos culturais e ideológicos” (WOLTON, 2011, p. 79).

Espaços de decisão

Como bem disse Habermas, comunicar vai além da troca de informações, pois requer ação, interação. É pelo entendimento que acontece a troca dialógica que gera mudanças atitudinais.

O equilíbrio entre os interesses ainda continua subordinada à pretensão liberal dessa esfera pública, legitimando-se no bem comum, sem, contudo satisfazê-lo, mas também sem poder escapar totalmente a ele, a negociação dos compromissos desloca-se para setores extra-parlamentares: seja formalmente mediante a delegação de competências de órgãos estatais para organizações sociais, seja informalmente mediante a transferência de competências fora da lei (ou contra a lei) (HABERMAS, 2003, p. 232-233).

A realização de assembleias de trabalhadores, que pode acontecer no pátio, na sala de reunião ou de refeições, ou mesmo na rua é, ao mesmo tempo, um direito dos trabalhadores e dever dos sindicatos. No Brasil, a Lei Federal n. 7.783, de 28 de junho de 1989, assegura direitos e deveres aos trabalhadores.

Em seu artigo 1º, está explicitado: “É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender”.

Por outro lado, a Lei Federal 4.330/1964, diz em seu artigo 2º:

considerar-se á exercício legislativo da greve a suspensão coletiva e temporária da prestação de serviços a empregador, por deliberação da assembleia geral de entidade sindical representativa da categoria profissional interessada na melhoria ou manutenção das condições de trabalho vigentes na empresa correspondentes à categoria, total ou parcialmente, com a indicação prévia e por escrito das reivindicações formuladas pelos empregados, na forma e de acordo com as disposições previstas nesta lei.

Paulo Freire nos dá pistas ao afirmar que a dialética acontece em algum momento entre a compreensão da subjetividade e a objetividade, do diálogo que acontece com a convivência, na organização dos interesses e conflitos. Ele nos ensinou que os homens aprendem juntos e quando o universo onde o cidadão está inserido é levado em consideração, ele proporciona um aprendizado, intenso em significados.

O Trabalhador não é bobo

Amparado por lei, um sindicato é o representante do trabalhador no que concerne a tudo o que está relacionado ao direito laboral. De acordo com Antunes (1982), os sindicatos surgiram na reação da classe trabalhadora contra a dominação e, ao unirem-se aos seus sindicatos de classe, os operários “colocam-se de alguma maneira em pé de igualdade com o patronato no momento da venda de sua força de trabalho” (ANTUNES, 1982, p. 12).

Contextualizando, o movimento sindical surgiu na Europa como uma manifestação social da evolução industrial, que transformou o mundo do trabalho - consequência imediata do advento do vapor e as máquinas que proporcionaram à sociedade que vivia na segunda metade do século XVIII. Então, o trabalho urbano remetia à escravidão: jornadas incessantes e escassez de direitos.

O direito da livre associação foi regulamentado pelo Parlamento inglês em 1824, e seis anos depois foi constituída a Associação Nacional para a Proteção do Trabalho. É importante lembrar que o “Manifesto Comunista”, escrito por Marx e Engels, foi publicado em 1848 em meio a este turbilhão de mudanças e novos significados.

No Brasil, o movimento dos trabalhadores teve origem com a luta dos imigrantes pela sobrevivência, e seu embrião refere-se ao século XIX, com a anarquia dos trabalhadores italianos. A primeira greve remonta a 1858, no Rio de Janeiro, e em 1906 foi realizado o Primeiro Congresso Operário Brasileiro.

De acordo com Antunes (1982), o movimento sindical se fortaleceu em sua luta contra as regras do capitalismo e com as greves na busca de direitos, mas desde o seu surgimento teve de lutar para manter a sua unidade. Remetendo a Marx e Engels, o autor relaciona a luta dos trabalhadores à tomada de consciência dos seus direitos. Para ele, os movimentos grevistas, além de emancipadoras, são uma prática dialógica na medida em que ensina os trabalhadores a unirem-se na busca de direitos.

A combatividade operária era demonstrada, através das greves decretadas seguidamente; o período de 1917/20, em decorrência da crise de produção após a I Guerra e da vertiginosa queda dos salários dos operários, caracterizou-se por uma onda irresistível de greves de massas que em muitos lugares assumiram proporções grandiosas. Foi o caso da greve geral de 1917 em São Paulo, iniciada numa fábrica de tecidos, e que recebeu a solidariedade e adesão inicial de todo setor têxtil, seguindo-se as demais categorias. A paralisação foi total, atingindo inclusive o interior (ANTUNES, 1982, p. 52).

Apesar da raiz anárquica, o sindicalismo brasileiro flertou com o poder oficial nos anos de 1912, com o Presidente Hermes da Fonseca (sindicatos amarelos) e, a partir da década de 1930, com o governo de Getúlio Vargas (sindicalismo pelego). Antes disso, contudo, os sindicalistas de então mostraram um protagonismo inédito ao representar a luta sindical e depois ao serem perseguidos e mortos pelo Estado. A reação veio com força e em 1945 a criação oficial.

Depois de uma fase extremamente repressiva para o movimento sindical, iniciou-se um trabalho de substituição das lideranças pelegas por lideranças autênticas e representativas da classe operária. Assim foi que, em 1945, criou-se o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), organismo intersindical de caráter horizontal que rompia com a estrutura vertical (ANTUNES, 1982, p. 66).

O ressurgimento do movimento sindical brasileiro aconteceu na década de 1960, mas ganhou as manchetes dos jornais nos anos 1980. Na época, os sindicatos dos metalúrgicos de São Paulo fizeram ressurgir a força da mobilização dos trabalhadores, não apenas na luta pela manutenção dos empregos dos metalúrgicos, frente à crise automobilística, mas também pela construção de uma nova realidade brasileira. Ao longo da década, ao somar as bandeiras reivindicatórias dos movimentos sociais, intelectuais e sociedade, os trabalhadores e líderes sindicais contribuíram sobremaneira para a luta política e para a construção da Constituição de 1988. O auge aconteceu, mais tarde, na eleição de um trabalhador para a Presidência do Brasil. Mais de 50 milhões de brasileiros elegeram um sindicalista presidente, em 2002.

A história nos mostra caminhos, por isso, precisamos valorizar as lições aprendidas que acontecem aos saltos, a partir do conhecimento e trocas dialógicas. Ao analisar a obra de Habermas, Martinho (2017) lembra que as teorias de Marx e Engels não limitam as relações sociais ao universo da economia, mas lidam com seres humanos que estão inseridos num contexto e espaço social. Para eles, a dialética social acontece a partir da solução das

contradições que esboçam as novas e/ou futuras formações sócias. Também, que muito além da troca de informações, a comunicação permite transformações nessa busca pelo entendimento.

Mas como se constrói a comunicação por meio da convivência e da difusão de informações entre líderes sindicais, trabalhadores e patrões? O autor nos ensina que não podemos negar os valores escondidos nas entrelinhas. Sabemos que o jornalismo sindical é ideológico por natureza, por isso os valores são explicitados e o discurso nunca será neutro.

Ao atribuir práticas, valores e ações que serão compartilhadas, a comunicação e suas relações geram significados distintos aos indivíduos, porém, a intersubjetividade valida práticas e valores. A realidade, sugere Martino, não é única e está vinculada ao coletivo.

Ao citar Antonio Gramsci e seus Cadernos do Cárcere, o pesquisador lembra que a hegemonia nunca é absoluta, pois está alicerçada pelo senso comum. Um fenômeno repleto de contradições e resistência.

Seria o papel do jornalista sindical ajudar a elaborar signos? Muitas teorias explicam o papel da comunicação e da relação interpessoal que não pode ser descartada. O autor cita Niklas Luhmann ao abordar o fenômeno de quando algo deixa de significar para um indivíduo e passa a significar para um grupo de pessoas:

Nada garante que a mensagem será compreendida pelo receptor. Esta mensagem só pode ser entendida na medida em que estiver vinculada ao contexto de quem a recebe – seu repertório, sua memória, o contexto social no qual está inserido. Com isso, a seleção de mensagens A necessariamente se converte em B no receptor. A mensagem é recebida e compreendida em razão de outro sistema de seleções e escolhas do receptor – seu interesse no assunto, sua disposição para prestar atenção, seu repertório para entender plenamente. Compreender, explica Luhmann, nunca é apenas duplicar a mensagem em outra consciência, mas é o ato de criar conexões com outros elementos que permitam ao indivíduo articular novas mensagens dentro do sistema de comunicação (MARTINO, 2017, e-book).

Como recursos literários e de diagramação, o jornalismo sindical se utiliza de um discurso apropriado, que tem significado para os trabalhadores. O autor nos lembra que as palavras, os signos, o pensamento são dotados de vínculos sociais, e o discurso é a manifestação desses vínculos na comunicação.

Desafios da comunicação sindical global

A crise no sindicalismo está longe de ser um fenômeno isolado e brasileiro, e as entidades internacionais tentam reverter a queda no número das filiações somando esforços na comunicação global.

O desafio da UNI Global Union, sediada na Suíça, que representa sindicatos de categorias distintas somando 20 milhões de trabalhadores em 150 países em todo o mundo, é desenvolver uma comunicação social centralizada, focada em demandas históricas e pontuais da sociedade trabalhadora.

Especialmente direcionada para o setor de prestação de serviços de limpeza e segurança, anualmente apresenta a campanha mundial *Breaking Through*, numa tradução livre seria “Quebrando Barreiras”, que premia as organizações sindicais que têm avançado em representatividade. O Justice Day - Dia Internacional de Luta dos Trabalhadores da Limpeza - é comemorado em 17 de junho e tem uma comunicação customizada para ser adaptada e replicada em todo o mundo. Apropriando-se da luva de cor amarela que, vestida numa das mãos do trabalhador, é levantada com o punho fechado numa alusão à luta. A comunicação, para a Uni Global Union, é estratégica e fortalece a entidade como porta-voz dos sindicatos na luta por Pactos Globais com instituições como a ONU - Organização das Nações Unidas - G20, entre outras.

Freire (1987) ensinou que a ação libertadora reconhece os pontos de vulnerabilidade para transformá-los em independência, mas ponderou que “esta, porém, não é doação que uma liderança, por mais bem intencionada que seja, lhe faça”. Afinal, a libertação resulta da conscientização.

É necessário que a liderança revolucionária descubra esta obviedade: que seu convencimento da necessidade de lutar, que constitui uma dimensão indispensável do saber revolucionário, não lhe foi doado por ninguém, se é autêntico. Chegou a este saber, que não é algo parado ou possível de ser transformado em conteúdo a ser depositado nos outros, por um ato total, de reflexão e de ação (FREIRE, 1987, p. 30).

Considerações Finais

Num semicírculo, olhos arregalados e ouvidos atentos para escutar as palavras que ecoam no centro. A cada palavra dita se ouve burburinhos, críticas e manifestação de apoio. Cena que, em alguns casos, se repete em 135 lugares/postos de trabalho diferentes e, no final, emergem na unanimidade de braços levantados em sinal de aprovação e gritos de vitória.

A dialógica do aprendizado, inerente a uma negociação de trabalhadores, resulta da troca de experiências, do acultramento, do amadurecimento das ideias e da negociação. Principalmente, da falta de um consenso absoluto, mas resultado da decisão majoritária.

No universo sindical, o discurso não é isento, mas a mídia sindical pode e deve prezar pela qualidade das notícias direcionadas à coletividade. Informar para formar opiniões, gerar a reflexão e destrinchar os conteúdos para facilitar a compreensão.

Apesar de sua dinâmica própria, voltada para valorizar a instituição sindicato, o comunicador sindical não pode deixar de cumprir o seu papel ético. Não bastando publicar discursos panfletários, mas gerando o debate e buscando somar a uma relação dialógica entre entidades sindicais e trabalhadores. Afinal, quando bem conduzida, a comunicação sindical afeta o trabalhador e pode gerar a conscientização individual para fortalecer o coletivo.

Por outro lado, a comunicação sindical também pode ocupar uma lacuna importante ao desvelar a abordagem midiática, que comumente criminaliza as práticas sindicais, bem como pautar a mídia tradicional com sugestões de temas pertinentes à sociedade, que é formada de trabalhadores, fomentando um debate público e necessário.

Para além muros, a universidade também tem um papel a cumprir, gerando reflexão em torno da temática deste artigo, dando luz ao papel do jornalismo sindical como uma prática que envolve milhões de trabalhadores e futuros trabalhadores que, se informados idealmente, podem cumprir com o seu papel cidadão. Estudar estes veículos permite a ampliação do debate, a valorização e o aperfeiçoamento da comunicação sindical.

Paulo Freire incluiu a “pedagogia libertadora” ou “pedagogia do homem”:

Quem melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. Luta que, pela finalidade que lhe derem os oprimidos, será um ato de amor, como o qual se oporão ao desamor contido na violência dos opressores, até mesmo quando esta se revista da falsa generosidade referida (FREIRE, 1987, p. 17).

Abre-se um portal reflexivo quando um encontro de especialistas da dimensão do *Intercom* promove debates sobre comunicação tendo como base a obra de um pensador como Wolton, num momento em que as práticas antidemocráticas estão em evidência e ameaçam o emprego e a dignidade da Pessoa Humana em todo o mundo, numa consequência dos avanços da economia neoliberal. A questão a ser respondida é até que ponto práticas segmentadas de

comunicações, como a sindical, podem agregar no objetivo comum da informação de qualidade e promoção social?

Em entrevista realizada no Brasil, em 2012, durante sua participação no 7º Fórum Político, realizado em Porto Alegre, Wolton ressaltou que “comunicação é um conceito político, pois supõe a igualdade entre os protagonistas” (OLIVEIRA, 2012, on-line). Na ocasião, ele lembrou que a capacidade de comunicação do homem o diferencia de uma máquina, que apenas é capaz de transmitir informações. “Só não nos matamos uns aos outros porque somos capazes de nos comunicar”.

É importante ressaltar que os sindicatos abrangem praticamente a totalidade da realidade laboral, em todos os segmentos da atividade econômica, incluindo representações dos trabalhadores e patronais. Ou seja, o universo da comunicação sindical é amplo, complexo e tem um potencial imenso a ser explorado.

Saliento que a construção da reputação dos trabalhadores e instituições sindicais também está alicerçada na construção imagética. Envolver o universo do trabalho e do trabalhador na universidade e nas diferentes expressões midiáticas é garantir a pluralidade de pautas e saberes.

Por isso, inspirada pela análise da leitura dos autores citados, no histórico de profissional - e afetivo - com os trabalhadores da base da pirâmide econômica e, sobretudo, a atual experiência como cientista social, refleti aqui com muita consciência alguns pensamentos de Freire, Habermas e Wolton.

Sem a pretensão de esgotar esta temática, mas de inspirar o diálogo a respeito do universo sindical, instigar a pensar a comunicação sindical e, sobretudo, estimular a prática do jornalismo sindical, este artigo se propôs a pensar um universo amplo, praticado mundialmente, porém que ainda está cercado de amadorismo. Remetendo ao personagem criado por Machado de Assis, em sua obra *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, o Quincas Borba e a frase “ao vencedor as batatas”, este artigo lança algumas questões a serem respondidas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo C. **O que é sindicalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BIBLIOTECA CENTRAL IRMÃO JOSÉ OTÁO. Você sabe o que significa a expressão “Ao vencedor as batatas”? Disponível em: <<https://biblioteca.pucrs.br/curiosidades-literarias/voce-sabe-o-que-significa-a-expressao-ao-vencedor-as-batatas/>>. Acesso em: 26 jun. 2019.

BRASIL. LEI Nº 4.330, DE 1º DE JUNHO DE 1964. Regula o direito de greve, na forma do art. 158, da Constituição Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4330.htmimpressao.htm>. Acesso em: 25 jun.2019.

FREIRE, Paulo. **A Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GUTIERREZ, Gustavo Luis; ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de. Teoria da Ação Comunicativa (Habermas): estrutura, fundamentos e implicações do modelo. **Revista Veritas**. Revista Quadrimestral de Filosofia da PUC-SP. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/veritas/article/view/8691/903>>. Acesso em: 4 jun.2019.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HERMOSO, Borja. Jürgen Habermas: “Não pode haver intelectuais se não há leitores”. **El País Semanal**. Publicado em: 8 maio. 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/25/eps/1524679056_056165.html>. Acesso em: 29 mar.2019.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das Mídias Digitais. Linguagem, Ambiente e Redes**. Petrópolis: Vozes, 2017.

OLIVEIRA, Samir. “Comunicação é um conceito político, diz Dominique Wolton, em POA. Publicado em: 23 jun.2012. **Revista SUL 21**. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/noticias/2012/06/comunicacao-e-um-conceito-politico-diz-dominique-wolton-em-porto-alegre/>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

UNI GLOBAL UNION. **The Future world of work**. Disponível em: <<https://www.uniglobalunion.org/>>. Acesso em: 19 jun.2019.

WOLTON, Dominique. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Sulina, 2011